

Por Fernanda Nunes

Funcionários da Petrobrás vão começar a pagar a contribuição em janeiro; rombo de R\$ 17 bi a R\$ 24 bi será dividido com a estatal

Funcionários e aposentados da Petrobrás, além da própria estatal, vão começar a pagar em janeiro pelo déficit bilionário acumulado pela fundação de seguridade social dos empregados da petroleira, a Petros. A contribuição extra, que deve ser quitada ao longo de vários anos, será de R\$ 17 bilhões a R\$ 24 bilhões, afirmou o presidente da Petros, Walter Mendes, em entrevista exclusiva ao 'Estadão/Broadcast'.

O executivo adiantou que a intenção é cobrar dos contribuintes valor superior ao piso de R\$ 17 bilhões, para evitar novos plano de ajuste de contas caso a Petros volte a registrar déficits. Em dezembro do ano passado, faltaram R\$ 26 bilhões para fechar as contas. O plano de equacionamento do déficit deve ser comunicado aos participantes em novembro, mas a cobrança, inclusive de aposentados, só vai acontecer após 60 dias. Metade da conta será paga pela Petrobrás e a outra metade, pelos seus funcionários.

Alvo de uma CPI no Congresso e da Operação Greenfield, da Polícia Federal, que investiga desvios de recursos em investimentos suspeitos, a Petros já saiu do 'fundo do poço', segundo Mendes. "Setembro foi o momento mais complicado. Ministério Público e Polícia Federal estiveram aqui num dia e nunca mais vieram. Fomos até eles para demonstrar transparência, ganhamos confiança e nosso relacionamento tem sido muito bom", disse.

O principal alvo da Greenfield foi o Fundo de Investimento em Participações (FIP) Florestal, criado para financiar a Eldorado Celulose, controlada pelo grupo J&F, que tem como um dos sócios Joesley Batista, o empresário que acusou o presidente Michel Temer de participar de esquema de corrupção. Apenas esse ativo provocou perda de R\$ 745 milhões à Petros em 2016.

Defesa. Em teleconferência para apresentar o resultado de 2016 aos participantes, Mendes afirmou que a fundação apresentou sete notificações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apontando irregularidades na atividade de administradores e gestores de fundos estruturados. Além disso, afirmou, a Petros está "contratando escritório de advocacia para tomar as medidas cabíveis contra as partes apontadas em relatórios de auditorias externas".

Assim, vai buscar o ressarcimento por possíveis desvios de recursos e a defesa da imagem da fundação. "Nem sempre o ressarcimento será possível. Nem sempre os ativos têm valor para ressarcir todo investimento feito. Existe um volume grande de investimentos que está a zero no nosso balanço. Outros vão perdendo valor ao longo do tempo", afirmou. Ele acrescentou ainda que há a expectativa de alguma recuperação de investimentos estruturados, "mas, infelizmente, não é muita".

Hoje, a Petros não possui exposição à JBS, informou. O último lote de ações foi vendido em janeiro deste ano. Mendes nega que tenha abandonado o investimento prevendo o envolvimento da empresa na Lava Jato. A ideia, segundo ele, era reduzir a participação da renda variável no PPSP. "Não prevíamos problema. A gente pode ter atirado no que viu e acertado no que não viu", afirmou.

Fonte: [O Estado de S. Paulo](#), em 14.06.2017.